

CONTRATO

“CONTRATO DEFINITIVO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADOR SALVADOR PARA A PISCINA MUNICIPAL DE SINES”

Processo n.º 2023/300.10.005/134

Entre: -----

Município de Sines, contribuinte fiscal nº 502563010, com sede no Largo Ramos da Costa, em Sines, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines, Fernando Miguel Ramos, com competências delegadas por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sines datado de 20 de outubro de 2021, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito das suas competências conferidas pela alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

e, -----

SALVA MAIS, Lda, com o número de identificação fiscal 513783040, com sede na Rua António Luís, nº 14, 1495-120 Algés, neste ato representado por Raul Miguel Matos Correia, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados por procuração, como **segundo outorgante**; -----
É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 23/02/2023, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

Clausula 1ª

Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto a aquisição de serviços de nadador salvador para a piscina municipal de Sines, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao ajuste direto, Processo n.º 2023/300.10.005/134, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato. -----

Clausula 2ª

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 14.975,00 (catorze mil novecentos e setenta e cinco euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 3.444,25 (três mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco centimos), o que perfaz o valor global de € 18.419,25 (catorze mil quatrocentos e dezanove euros e vinte e cinco centimos). -----
Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que

constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

Clausula 3ª

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir de 01 de março de 2023 ou da data da ultima assinatura do contrato, caso esta seja posterior. -----

O contrato mantém-se em vigor até 31 de julho de 2023, ainda que não estejam completos os 150 dias de execução. -----

Clausula 4ª

Ajustamentos ao contrato

Não foram propostos ajustamentos ao contrato. -----

Clausula 5ª

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução, nos termos da alínea a) do nº 2º art.º 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Clausula 6ª

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

Clausula 7ª

Gestor do Contrato

Documento assinado digitalmente. Quando impresso, o documento constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----
Nome: Ana Guedes Calado, na qualidade de Técnica Superior do Serviço de Desenvolvimento Desportivo da CMS; -----
Telefone Móvel: 969041395; -----
Email: acalado@mun-sines.pt; -----
2. O gestor do contrato tem o dever de comunicar de imediato eventuais desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas. -----
3. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, de imediato. -----

Clausula 8ª

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

- a) Caderno de Encargos; -----
- b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

Clausula 9ª

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/020225, cabimento n.º 22304 e compromisso n.º 24758 de 24/02/2023. -----

Clausula 10ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Clausula 11ª

Disposições Finais

No aqui omissos aplicam-se as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º

18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

O presente contrato foi precedido de um procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea d) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Todos documentos que integram o procedimento relativo à formação do contrato, que estão alojados na plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Ficam arquivados no processo digital os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 27/01/2023 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Oeiras, a 04/01/2023, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser elaborado num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes, por aposição de assinatura eletrónica, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02.08 e nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos. -----

O presente contrato produz efeitos a partir de 01 de março de 2023. -----

O Primeiro Outorgante

O Vice-presidente da Câmara

O Segundo Outorgante

N.º de Registo: MGD 7186/ 2023

Documento assinado digitalmente. Quando impresso, o documento constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.